

# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



**DIAS, Carlos Malheiro** (Porto, 1875 – Lisboa, 1941)

Nascido numa família da burguesia comercial portuense, com ligações ao Brasil por via materna, Carlos Malheiro Dias iniciou a formação no colégio de Santa Quitéria, prolongada no liceu de Lamego, finda a qual rumou à terra natal de sua mãe, com o propósito de se estabelecer no Rio de Janeiro. No decurso desta permanência, Malheiro Dias estreava-se nas lides literárias com a participação na rubrica “Os que surgem”, dedicada aos novos talentos literários da revista *A Semana*, dirigida por Max Fleiuss e Valentim Magalhães. Fê-lo em Setembro de 1893, com um excerto do romance, *D. Amor*, acerca do qual Valentim Magalhães evidenciava o esforço do jovem no “mais atento cuidado, beber às fontes históricas, os acontecimentos e informes indispensáveis a um trabalho desse género, de modo a embeber-se, a impregnar-se o mais completamente possível do carácter geral” (Magalhães, *A Semana*, 1893) de uma época distante, o reinado do cardeal D. Henrique, a escolhida por Carlos Malheiro Dias para enquadrar o primeiro trabalho literário. Tratava-se da primeira incursão no domínio da investigação histórica, um padrão reproduzido em títulos subsequentes; no ano seguinte, com *Cenários – fantasias sobre a História Antiga* (Rio de Janeiro, 1894), obra animada pelo interesse por épocas longínquas, cujas repercussões ficaram aquém do desejado por Malheiro Dias.

A proximidade entre história e literatura manter-se-ia constante no desempenho literário do autor, característica reforçada pela formação superior obtida após o regresso a Portugal, em 1896. Em 1900, após a conclusão do Curso Superior de Letras (1898), Malheiro Dias editava o primeiro romance, *O Filho das Ervas*, seguido por *Os Teles de Albergaria* (1901) e *Paixão de Maria do Céu* (1902), exemplos paradigmáticos dessa convergência estruturante, agora centrado na evolução histórica recente. Nesta perspectiva, saliente-se o propósito de discorrer sobre o oitocentismo português num projecto ambicioso denominado *História Moral de um Século*, a concretizar através do elenco dos títulos supracitados e outros – *São Miguel Arcanjo*, dedicado à guerra civil de 1832-34 e ao reinado de D. Miguel, *Sua Excelência*, vocacionado ainda aos Teles de Albergaria no rescaldo da insurreição republicana de 1891. Também *A Fábrica*, *A Emigração* e *O Campo*, um conjunto orientado para as preocupações económicas e sociais onde o substracto histórico garantia a abrangência (in)temporal reivindicada pelo autor na crítica à indiferença do sistema político, em particular, do Liberalismo pelas condições de vida da população portuguesa. Este plano, acolhido com regozijo pela *Revista Nova* e parcialmente exortado por Joaquim Leitão em *A Peste. Aspectos Morais da Epidemia Nacional* (1901), permaneceria inconcluso.



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Para tal havia contribuído a mudança do percurso do autor, com a adesão ao Partido Regenerador (1901). Eleito deputado pelo círculo eleitoral de Viana do Castelo, Carlos Malheiro Dias assumiu as funções de chefe de gabinete do ministro das Obras Públicas, o conde de Paçô Vieira, em 1903. Afastado em Outubro de 1904, devido à queda do governo chefiado por Hintze Ribeiro, nem por isso Carlos Malheiro Dias retomou o trajecto literário anterior e, por extensão, do exercício historiográfico subjacente. Ao invés, e certamente impelido pela motivação político-partidária prevalecte, encetava uma nova etapa na carreira, associada à imprensa periódica regeneradora. Primeiro, no jornal *A Tarde* seguido do *Notícias de Lisboa*, fundado por Hintze Ribeiro em 1905, onde colaborava com vários jornalistas e historiadores, entre eles, Cristóvão Aires e António Maria de Queiroz Veloso.

Em Janeiro de 1906, assumia a direcção artística do magazine *A Ilustração Portuguesa*, em resposta ao convite de Silva Graça, sugerido por Eduardo Schwalbach, cargo exercido até 1912. Uma vez mais, o autor aproximava-se do passado histórico recente, para dar projecção renovada à revista como para exprimir convicções ideológicas e os objectivos políticos, frequentemente de forma subliminar conforme os propósitos dos Regeneradores. Esses, inscritos no quadro referencial do liberalismo na feição inglesa, ditavam-lhe a recusa da violação aos princípios constitucionais, motivo do afastamento da vida partidária aquando da experiência franquista. No entanto, a lealdade aos princípios constitucionais e ao rei D. Carlos I não lhe permitiam um alheamento da situação portuguesa, antes o impulsionavam a uma atitude de oposição crítica. Assim, embora não menosprezasse os efeitos endógenos da crise de 1891-93, nas vertentes política, social e económica, descobria causas remotas para a desagregação do sistema parlamentar português, através de um percurso regressivo de análise, onde também perscrutava as soluções, fundadas no regresso aos valores e objectivos fundamentais do Liberalismo. Na prática, um retorno ao passado próximo, o dos fundadores do regime liberal, cujos propósitos viria a publicitar em diversas ocasiões nas páginas da *Ilustração Portuguesa* no decurso do Franquismo e em função do mesmo.

A evocação histórica revestia-se de uma dimensão eminentemente política para suscitar o confronto público entre a praxis do constitucionalismo monárquico e as suas contradições; assumia uma feição operativa eficaz num combate político caracterizado pelo avanço do poder executivo sobre os sectores oposicionistas com a suspensão dos títulos e a sanção dos directores e jornalistas. Já *A Ilustração Portuguesa* conseguia uma expansão sintomática do acolhimento público da linha editorial do director, onde pontuavam textos de temática histórica em torno de efemérides, protagonistas ou valores associados ao Liberalismo. Exaltavam-se os construtores do regime liberal, cuja desagregação surgia evidente do contraste com a realidade, recuperavam-se os velhos adversários da causa liberal sob os quais pendia ainda esse estatuto, devido ao posicionamento de alguns sectores da Igreja face ao sistema político na primeira década do séc. XX.

Anticlerical, impunha-se uma certa contenção no período subsequente ao magnicídio. Entre Fevereiro de 1908 e Outubro de 1910, o empenho na construção da imagem do jovem D. Manuel II era, em simultâneo, a última oportunidade de inverter a tendência de desagregação do sistema monárquico constitucional. Esta



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

certeza, patente nas páginas da *Ilustração Portuguesa* e no livro *Quem é o Rei de Portugal?*, ditavam um novo regresso pontual à História para um exercício de legitimação do rei, cujo acolhimento popular implicava a filiação respectiva num quadro referencial familiar à estrutura mental da sociedade portuguesa.

Implantada a República e defraudado o esforço de Malheiro Dias no regresso tardio à actividade política, remetia-se à condição de observador da realidade portuguesa pós 1910; assumia-a, no seguimento do exercício anterior, o de cronista dos quotidianos lisboetas levados ao público portuense sob a forma de “Cartas de Lisboa”, no *Comércio do Porto*, ajustada a uma metodologia de análise objectiva, distanciada e esforçadamente descomprometida face ao regime republicano. Ousava ler o presente com instrumentos de análise histórica cujos resultados, coligidos em três volumes, deixavam antever as suas convicções políticas, expressas em ambiente hostil a críticas à República. Principalmente se as mesmas se alargassem para além do espaço nacional e desenhassem uma imagem de turbulência, agitação e intolerância republicanas. Em Novembro de 1913, Malheiro Dias via-se compelido a abandonar Portugal e instalar-se no Brasil, uma decisão à qual não foram alheias as crónicas publicadas no *Correio Paulistano* onde abundavam os paralelos entre a revolução portuguesa e a congénere francesa de 1789. Nesses textos, Malheiro Dias regressava à abordagem crítica construída em torno do regime monárquico constitucional na primeira década do séc. XX. Este género cronístico, forjado com o recurso à História, não passava despercebido aos republicanos e configurava um fenómeno de resistência política e, simultaneamente, potenciador de reacções adversas à República numa sociedade de índices de ruralidade elevados aos quais correspondia um quadro mental conservador e arreigado aos valores e instituições católicas.

O regresso ao Brasil assinalava uma nova viragem, centrada no dinamismo cultural da colónia portuguesa residente além-Atlântico, e no reforço dos caracteres identitários entre os dois países, uma aspiração constante desde a primeira década do séc. XX, enfatizada pelo ambiente intelectual em evidência no pós I Guerra Mundial, propício à exaltação dos factores cultural, linguístico e histórico enquanto elemento aglutinante primário para a constituição de grandes comunidades políticas e institucionais. Neste caso, a comunhão de interesses e valores implicava a adopção de um modelo confederativo às realidades portuguesa e brasileira, uma proposta de Bettencourt Rodrigues acolhida com entusiasmo moderado por Malheiro Dias: “não obstante, de qualquer modo que venha a produzir-se no futuro o entendimento preconizado em Portugal pelos srs drs Bettencourt Rodrigues e Coelho de Carvalho, e no Brasil pelos srs dr. Alberto Seabra e Medeiros Albuquerque, na rota dos interesses atlânticos traçada pela vidência do poeta João de Barros e audazmente percorrida pelo avião de dois heróis, esse acontecimento só encontrará condições de viabilidade quando recobramos a plenitude do nosso prestígio; tivermos valorizado os nossos recursos próprios; aplacarmos as nossas mesquinhas discórdias intestinas e atinjamos de novo a coesão” (“Relações Luso-Brasileiras. Quimeras e Realidades”, *Lusitânia*, 1924). O sucesso do esforço conjunto entre Portugal e o Brasil dependia de um movimento prévio e unívoco do primeiro favorável ao desenvolvimento (i)material do território nacional.

Esta reserva não o impedia de, num passado próximo, assumir um projecto editorial ambicioso, de natureza historiográfica, a propósito do qual pugnou pela comunhão das elites intelectuais de ambos os



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

países lusófonos. Assim, quando em 1924 comentava as expectativas de Bettencourt Rodrigues, Malheiro Dias discorria sobre a sua experiência nesta iniciativa cujos primórdios remontavam a 1917, data da constituição da empresa formada por ele e Albino de Sousa Cruz para o financiamento da *História da Colonização Portuguesa do Brasil* (1921-1924), caracterizada por dimensões simbólicas múltiplas, quase contraditórias se considerada a efeméride comemorada, a independência do Brasil; ou talvez não, tendo em consideração que esse país era uma consequência da mundividência portuguesa e do passado histórico nacional. Neste trabalho, onde participaram figuras de relevo da historiografia portuguesa e brasileira como Jaime Cortesão, Luciano P. Silva, Duarte Leite, Júlio Dantas, H. Lopes de Mendonça, Duarte Pacheco, F. M. Esteves Pereira, Paulo Merêa, Pedro de Azevedo e Oliveira Lima, Malheiro Dias assegurava a direcção artística da obra, os capítulos sobre as expedições de 1501 e 1503 ou a relação entre a metrópole e as conquistas nos reinados de D.João III, D.Sebastião e D. Henrique e o regime das donatárias. Também os textos introdutórios às duas partes da obra, importantes para a compreensão dos seus objectivos.

Celebrar o Brasil em 1922 significava assinalar o período áureo da História nacional como salientar o testemunho coevo do mesmo consumado na integridade territorial da antiga colónia no percurso dos cem anos subsequentes, uma perspectiva analítica legitimadora da abordagem eurocêntrica traduzida na afectação integral do primeiro volume aos Descobrimentos Portugueses. O contributo português assumia uma feição de imprescindibilidade no processo civilizacional, responsável pela criação de uma comunidade de contornos específicos, subsidiária também dos padrões socio-culturais da “civilização europeia continental”. Mais induzia a uma análise sistemática das temáticas tratadas (relativas aos sécs XV e XVI) onde o predomínio das vertentes política, diplomática e militar a inscreviam no domínio historiográfico tradicionalista, também a influência positivista, patente na abordagem de percursos individuais cuja valia se projectou nas dimensões espacio-temporais subsequentes. Sem prejuízo do interesse manifesto pela organização administrativa do território, pela valência tecnológica subjacente à expansão portuguesa ou pelos fluxos comerciais gerados no espaço brasileiro. Concebida como iniciativa editorial de referência no panorama historiográfico nacional, a *História da Colonização Portuguesa do Brasil* assinalava o ingresso de Carlos Malheiro Dias no exercício historiográfico, tardio se aferida a ligação estreita do autor à História. E, pontual, como se depreende das opções subsequentes onde o estudo da evolução histórica readquiria a feição supletiva, constante até à década de 20. Paradigmática desta visão, a polémica com António Sérgio em torno da figura de D.Sebastião (*O Desejado: depoimentos de contemporâneos de D. Sebastião. Precedidos de uma carta prefácio a Carlos Malheiro Dias*, 1924), na esteira da publicação da obra de Antero de Figueiredo, revelava uma relação instrumental do autor, então convicto sobre o malogro do projecto liberal (sob as formas monárquica ou republicana) na sociedade portuguesa, com a História, repositório onde procurava argumentos para robustecer o enaltecimento do rei jovem morto em Alcácer Quibir e confrontar o racionalismo sergiano.

**Bibliografia activa:** *Cartas de Lisboa*, III séries, 3 vols, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1904-07; *Quem é o Rei de Portugal?* Lisboa, Antiga Casa Bertrand, 1908;

# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

*Do Desafio à Debandada*, 2 vols, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1912;

*Zona de Tufões*, Lisboa, Aillaud e Bertrand, 1912; *O Estado Actual da Causa Monárquica*, Lisboa, José Bastos, 1913; *Entre Precipícios. Crónicas Políticas dos Últimos Tempos*, 2ªed., Empresa Lusitana Editora, s.d., 1916;

(dir.) *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Porto, Litografia Nacional, 1921-1924; *A Exortação à Mocidade*, Porto, Litografia Nacional, 1924; *O Piedoso e o Desejado*, Lisboa, Portugal-Brasil, 1925.

**Bibliografia passiva:** CHORÃO, João Bigotte, *Carlos Malheiro Dias na Ficção e na História*, nº 121, col. Biblioteca Breve, Lisboa, Instituto de Cultura e de Língua Portuguesa, 1992; MACEDO, Jorge Borges de, “Significado e Evolução das Polémicas de António Sérgio. A ideologizada razão (1912-1930)”, *Revista de História das Ideias. António Sérgio*, V vol., Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1983, pp. 471-531; MEDINA, João, “O Sebastianismo – exame crítico dum mito português”, *História de Portugal*, dir. por João Medina, vol. VI, Alfragide, Ediclube, 1993, pp. 251-386; NUNES, Teresa, *Carlos Malheiro Dias. Um monárquico entre dois regimes*, pref. de António Ventura, Lisboa, Caleidoscópio, 2009.

Teresa Nunes



APOIOS:

